



Artigo

[Cadernos] PPG-AU
FAUFBA

Lutas por Remoção:

Trajetórias de Moradia e Políticas de
Desapropriação em Salvador

Marie Kolling

Instituto Dinamarquês de Estudos Internacionais

Lutas por Remoção. Trajetórias de Moradia e Políticas de Desapropriação em Salvador

Resumo:

Este artigo examina trajetórias de moradia e a política da desapropriação em Salvador. Ele mostra como a ameaça de remoção em um bairro periférico acendeu a esperança de moradia entre pessoas sem-teto. Ao formar uma ocupação dentro do Parque São Bartolomeu, esses moradores buscaram estrategicamente a inclusão em um projeto de desenvolvimento urbano que prometia reassentamento em conjuntos habitacionais após a remoção. Com base em trabalho de campo etnográfico, o artigo analisa as lutas por remoção e suas contestações através das perspectivas dos moradores, de funcionários públicos, e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, que se tornou um aliado dos ocupantes e ofereceu mediação com as autoridades públicas. A etnografia revela uma luta distinta por moradia, na qual os moradores não resistiram à remoção, mas, ao contrário, a esperavam como meio para alcançar o reassentamento, e os resultados ambivalentes do 'regime de desapropriação' de Salvador e sua expansão de bairros periféricos.

Palavras-chave: Assentamentos informais; Desenvolvimento urbano; Reassentamento

Luchas por el Desalojo: Trayectorias de Vivienda y la Política del Despojo en Salvador

Resumen:

Este artículo examina las políticas de desplazamiento en Salvador, Brasil. Demuestra cómo la misma amenaza de desplazamiento en un barrio periférico encendió la esperanza de ser propietario de una vivienda entre la población sin techo de la ciudad. Al formar un asentamiento informal, estos residentes buscaron estratégicamente la inclusión en un proyecto de recalificación urbana que prometía compensación y reasentamiento en viviendas recién construidas después del desalojo. Basado en trabajo de campo etnográfico, esta investigación analiza las luchas por el desalojo y sus contestaciones a través de las perspectivas de los residentes del asentamiento, de los funcionarios públicos involucrados en el proyecto de mejoramiento urbano, y del Movimiento de los Trabajadores Sin Techo (MTST), que se convirtió en un aliado de los ocupantes y ofreció mediación con las autoridades públicas. La etnografía revela una lucha distintiva por la vivienda, en la cual los residentes no se resistieron al desalojo, sino que esperaban lograrlo y, a su vez, el reasentamiento, destacando los resultados profundamente ambivalentes de la política de desplazamiento de Salvador y su producción de nuevas fronteras urbanas.

Palabras clave: Asentamientos informales; Desarrollo urbano; Reasentamiento.

Struggles for Eviction. Housing Trajectories and the Politics of Dispossession in Salvador

Abstract:

This article examines the politics of displacement in Salvador, Brazil. It shows how the very threat of displacement in a peripheral neighborhood ignited hope for homeownership among the city's roofless population. By forming an informal settlement, these residents strategically sought inclusion in an urban development project that promised compensation and resettlement in newly built housing after eviction. Based on ethnographic fieldwork, this study analyzes the struggles for eviction and their contestations through the perspectives of the residents of the squatter settlement, public employees involved in the urban upgrading project, and

the Roofless Workers' Movement (MTST) that became an ally of the squatters and mediated on their behalf with public authorities. The ethnography reveals a distinctive struggle for housing where residents did not resist eviction but hoped to achieve eviction, and in turn resettlement, highlighting the deeply ambivalent results of Salvador's politics of displacement and its production of new urban frontiers.

Keywords: Informal settlements; Urban upgrading; Resettlement

Introdução

Uma das mais recentes fronteiras urbanas, em Salvador, foi projetada para abrigar a população sem-teto em numerosos conjuntos habitacionais, inclusive no bairro chamado Nova Esperança — um nome que evoca uma política aspiracional de desapropriação. Para muitas das famílias reassentadas nesse bairro, receber a chave da nova casa representou o culminar de anos de luta e privação em busca do sonho da casa própria. Algumas dessas famílias montaram uma ocupação dentro do Parque São Bartolomeu, em uma área do parque onde outro assentamento já foi removido. A estratégia dos novos ocupantes era aproveitar o “regime de desapropriação” da cidade (LEVIEN, 2018). Contudo, eles não lutaram *contra* a remoção, mas sim *por* ela, buscando que a remoção fosse compensada com o reassentamento em novos conjuntos habitacionais. Assim, a emergência dessa ocupação, em 2012, foi percebida pelos órgãos públicos responsáveis pelas remoções no Parque “como um novo conflito a ser resolvido” (IPE, 2013, p. 34).

A reivindicação dos moradores por reassentamento e inclusão em um dos novos projetos habitacionais não foi avaliada pelos órgãos públicos com base na situação de privação de moradia — uma condição que afeta centenas de milhares de outras famílias sem-teto em Salvador. Em vez disso, a inclusão foi tratada como uma questão de disposição do Estado para expandir o número de beneficiários num projeto de “requalificação urbana” de larga escala chamado “Dias Melhores — Projeto de Desenvolvimento em Áreas Urbanas Carentes”. Esse projeto foi administrado pelo estado da Bahia, com apoio financeiro do Banco Mundial. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) foi a responsável pela maior parte do planejamento, enquanto a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) assumiu a execução.

O objetivo da intervenção era melhorar as condições de vida e subsistência das famílias em situação de extrema pobreza em assentamentos informais, dentro e nas vizinhanças do Parque São Bartolomeu. Havia também a intenção de proteger o parque público, que foi demarcado sob o governo do estado da Bahia como área de proteção ambiental, através do Decreto 7.970, de 05 de junho de 2001, por sua biodiversidade única e a presença de espécies ameaçadas de extinção. Em 2002, o Parque foi declarado herança cultural pelo Decreto 8.357, de 05 de novembro de 2002. Seu status como zona de proteção ambiental foi reafirmado no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador, de 2008 (IPE, 2013, p. 97). O Parque São Bartolomeu é localizado no Subúrbio Ferroviário, que foi a primeira área de Salvador onde ocorreu a expansão de

moradias precárias autoconstruídas, ainda na década de 1940 (GORDILHO SOUZA, 2001, p. 66). Os primeiros assentamentos informais surgiram uma década depois, viabilizados pelo mercado imobiliário clandestino ou mesmo conquistados pelas populações de baixa renda em busca de alternativas ao mercado formal (GORDILHO SOUZA, 2001, p. 66-67).

Enquanto o projeto no Parque enfrentava protestos por parte dos moradores devido às perturbações causadas à vida cotidiana da comunidade, a própria ameaça de desapropriação de milhares de famílias também gerou, paradoxalmente, uma esperança de acesso à moradia entre a população de pessoas sem-teto na cidade.

Com uma abordagem etnográfica, o artigo retrata a luta por moradia pela qual pessoas sem-teto confrontaram as políticas públicas de desapropriação, em busca de melhores condições de vida. Inicialmente, o artigo situa essa luta na literatura antropológica sobre práticas políticas nas margens urbanas, diferenciando-a das abordagens convencionais sobre desapropriação. Depois, retrata a disputa entre atores estatais — que rejeitam as reivindicações dos moradores — e sua afiliação a um movimento social que deu respaldo nas negociações com os órgãos públicos. Destaca o resultado do conflito, no qual o Estado obteve o direito de realizar a remoção sem oferecer compensação.

Apesar disso, sete anos depois, as famílias foram contempladas com moradias em conjuntos habitacionais. Ainda que o movimento social tenha declarado vitória quando a habitação finalmente foi concedida, a análise questiona as causas desse desfecho: teria sido resultado do esforço do movimento nas negociações com órgãos públicos ou decorrente da inserção dos sem-teto na lista de espera da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER)? Trata-se de um procedimento burocrático que, por sua lentidão e ineficiência, motivou os sem-teto a manter a ocupação como forma de contornar essa burocracia e pressionar uma solução habitacional. Ao final, o artigo traz reflexões sobre as políticas públicas de desapropriação, argumentando que estas produzem novas fronteiras urbanas precárias, sem necessariamente oferecer uma resposta efetiva à demanda por moradia da população sem-teto.

No âmbito de uma pesquisa sobre desenvolvimento urbano, reassentamento forçado e o endividamento econômico crescente da população de baixa renda nos bairros periféricos de Salvador, o artigo baseia-se no trabalho de campo realizado entre 2012 e 2019. Especificamente, apoia-se nas minhas visitas à ocupação, no Parque, conhecida como Nova Invasão, em 2013, e nas visitas subsequentes depois da remoção ao bairro Nova Esperança, em 2019, além de entrevistas e conversas realizadas ao longo dos anos

com ocupantes, funcionários da CONDER e lideranças do MTST. O material empírico também inclui observações em reuniões e atos organizados pelo movimento. Assim, a etnografia emprega uma abordagem em multiperspectiva.

Políticas nas margens

Conforme afirma Koster (2009), em sua etnografia sobre as requalificações estatais em favelas do Recife e o papel dos líderes comunitários, as necessidades e aspirações de moradores marginalizados correm o risco constante de ser ignoradas ou excluídas. Essa condição gera um medo contínuo de abandono entre os residentes, o qual, segundo o autor, impulsiona a política nas margens — dinâmica que ele denomina como "políticas da favela". O conceito se refere ao esforço constante dos moradores para criar conexões com agentes externos que possam beneficiar suas lutas e mobilizar oportunidades que surgem, mesmo que estas sejam frequentemente descontinuadas. Esta dinâmica também se aplicava aos ocupantes em Salvador, que sempre corriam o risco de ser ignorados pelos agentes externos: os órgãos públicos, os representantes políticos e os movimentos sociais que, potencialmente, teriam a função de ajudá-los a resolver sua indesejada situação de privação habitacional.

Ao formarem o assentamento, os ocupantes buscavam "ser vistos pelo Estado" (JANSEN, 2014, p. 257). Enquanto a antropologia tem uma longa tradição de analisar, de cima para baixo, as intervenções e violações estatais às quais as pessoas tentam resistir ou escapar, Jansen (2014) chama a atenção para as circunstâncias em que as pessoas investem para se tornar parte das "populações legíveis". Ao mesmo tempo, essas mesmas pessoas podem desejar, de forma concomitante, permanecer "ilegíveis" em algumas situações.

Para compreender essa ambiguidade, Jansen propôs a "grade matricial" como ferramenta analítica que permite captar situações em que as pessoas têm expectativas em relação ao Estado e se esforçam incansavelmente para ser incorporadas às políticas públicas de desenvolvimento — o que ele denomina "grades de melhoria" (JANSEN, 2014, p. 257). Assim, Jansen questiona o trabalho de acadêmicos como James Scott, que focam na resistência à grade estatal.

Em seu influente livro *Seeing like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed* (1998), Scott demonstrou que as visões estatais de desenvolvimento modernista são impostas através de intervenções de larga escala, de cima para baixo, e que estão fadadas ao fracasso porque seu planejamento desconsidera valores, aspirações e contextos locais dos sujeitos. Para tanto, administradores e planejadores

estatais tornam pessoas e coisas “legíveis” para simplificar, gerenciar e controlar realidades complexas, impondo suas próprias visões.

Essa análise pode ser aplicada ao caso do projeto Dias Melhores e à sua abordagem de governança urbana, que incorpora a lógica da “desapropriação como um preço inevitável a se pagar pelo progresso” (LEVIEN, 2018, p. 9). Ao mesmo tempo, os esforços dos ocupantes também podem ser analisados à luz do conceito de “grade de melhoria”, proposto por Jansen (2014), uma vez que buscavam suas inclusões no projeto Dias Melhores — ainda que pela remoção — com a intenção de receberem, como compensação, uma casa própria.

O caso dos ocupantes sem-teto no Parque São Bartolomeu se destaca na literatura global sobre desapropriações, a qual, em geral, se concentra nas lutas das populações para manter ou reivindicar moradia e subsistência. Uma perspectiva intrigante revela que essas lutas contra remoções estão diante de interesses neoliberais que impulsionam a acumulação capitalista por meio da desocupação (HARVEY, 2008; STEUR, 2015). Outras abordagens incluem transições políticas e reformas agrárias (JAMES, 2007; LUND, 2011). A literatura etnográfica a respeito de projetos de desenvolvimento urbana em larga escala tem retratado como as remoções são frequentemente implementadas em nome do progresso nacional (HARMS, 2013; LEVIEN, 2018) ou para atender a normas de civilidade e virtude cívica da classe média (GHERTNER, 2012).

Os ocupantes do Parque São Bartolomeu também são um caso de desapropriação para um desenvolvimento conduzido pelo Estado, inserido em visões de modernidade e progresso nacional (GOVERNO DO BRASIL, 2011, p. 2). Contudo, se diferenciam pelo modo como representaram sua condição de sem-teto. Através da ocupação, tornaram-se visíveis e legíveis para o Estado, desafiando as políticas públicas a partir das margens, com vistas a afirmar sua presença e seus direitos à cidade.

A primeira visita na nova ocupação

O trabalho de campo teve início em 2012, em parceria com a Universidade Federal da Bahia, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU), durante meu período como aluna de doutorado visitante. Essa parceria foi fundamental para estabelecer contato com órgãos públicos de desenvolvimento urbano. Iniciei a pesquisa tomando conhecimento de vários movimentos sociais na cidade que ofereciam apoio a comunidades locais em luta *contra* remoções. Foi nesse contexto que compa-

reci a eventos públicos organizados pelo MTST, quando fui apresentada à liderança estadual do movimento, representada por Genivaldo,¹ com quem mantive contato ao longo dos anos. No entanto, minha aproximação com os moradores do assentamento não ocorreu por meio do MTST.

Minha primeira visita ao assentamento ocorreu em 2013, acompanhada de Ana, uma moradora cuja casa no Parque São Bartolomeu havia sido demolida. Ela foi reassentada em um conjunto habitacional em outro bairro. Estávamos na rua quando Ana decidiu visitar o filho, que havia se mudado para o assentamento, e aproveitar a ocasião para cobrar dívidas de pessoas que haviam comprado fiado frutas e verduras — uma prática comum entre seus clientes.

Nessa área da cidade, moradores referiam-se ao assentamento como “Nova Invasão”, por ser a ocupação mais recente da área. A invasão havia sido iniciada em fevereiro de 2012 e era habitada originalmente por 180 famílias (IPE, 2013, p. 34). Eu vinha tentando visitar a invasão havia meses, mas ela estava cercada por tapumes feitos pelos ocupantes com materiais descartados, sendo que as duas entradas principais — formadas por portas reaproveitadas — permaneciam trancadas com correntes e cadeados.

Moradores vizinhos à Nova Invasão, que viviam na comunidade ao lado do Parque, haviam me aconselhado a não entrar, pois se sentiam inseguros com a presença de pessoas de fora da comunidade e com a atuação do tráfico local, que frequentemente provocava troca de tiros entre policiais e traficantes. Ana, no entanto, sabia com quem falar para que pudéssemos passar pelas portas trancadas. Seguimos, então, pelos becos estreitos e enlameados, entre barracos construídos com madeira descartada.

Foi nessa caminhada com Ana, enquanto ela fazia cobranças, que eu conheci Dalva, que se apresentou como a “coordenadora geral” dos moradores no assentamento. Dalva me ajudou fazendo uma interlocução, quando um rapaz apareceu, num beco, com uma arma na mão e olhando para mim com uma expressão de desaprovação. Após esse incidente, combinei minhas visitas seguintes diretamente com Dalva. Ela me apresentou aos assentados e assegurou-se de que minha presença fosse aceita por todas, embora, é claro, não pudesse garantir minha segurança.

¹ Para proteger as identidades dos interlocutores, os nomes são pseudônimos.

O conflito

Para os planejadores urbanos e as autoridades públicas, o assentamento era um obstáculo inconveniente ao processo de reforma. O Estado se recusou a oferecer reassentamento, temendo a possibilidade de criar um precedente e incentivar mais ocupações, conforme fui informada numa entrevista com um representante da CONDER.

A luta pela remoção e pelo reassentamento era difícil. Com poucas perspectivas de avanço para a sua causa, sem apoio, os ocupantes buscaram novas conexões entre simpatizantes de fora, tais como vereadores que compreendessem seus esforços. Acabaram por formar uma aliança mais duradoura com o MTST para aumentar a pressão sobre autoridades e fortalecer a luta pelo direito à habitação. O líder do MTST tinha muito mais experiência que eles em “política de favela” (KOSTER, 2009) para lidar com diversas autoridades e políticos. As negociações seguiram por anos, durante os quais o projeto Dias Melhores avançou e mais de mil residentes do Parque e da vizinhança foram reassentados de forma involuntária. Enquanto isso, a Nova Invasão permaneceu (ver Figura 1).

Figura 1. A Nova Invasão, em 2013. Foto da autora.



Morar no assentamento era penoso. Quando chovia, o local se enchia de poças de lama. Um dia, quando visitei Dalva, ela estava com dor de cabeça e chateada. Acordara com uma cobra debaixo da cama — uma situação emblemática dos perigos enfrentados no Parque. Ela se sentia desiludida e sozinha na luta, sentimento que estava exacerbado pelo fato de que vários barracos estavam vazios, porque haviam sido construídos por pessoas que moravam em outros lugares e só apareciam ocasionalmente nas reuniões para (ou melhor, na esperança de) ser incluídas no esquema do futuro reassentamento.

Os ocupantes eram obrigados a comparecer a reuniões com o MTST em troca do apoio do movimento à sua causa. Isso exigia tempo e esforço, especialmente quando as reuniões eram na sede do MTST, do outro lado da cidade, ou quando participavam de protestos e manifestações de rua. Além da questão do tempo, os ocupantes enfrentavam problemas de segurança. Em uma situação, por exemplo, houve um tiroteio no meio da reunião. Algumas mulheres me contaram o desespero quando saíram correndo, juntas, com outras mulheres, com seus bebês nos braços.

Dalva explicou a estratégia dos ocupantes em 2013: "invadir a terra" localizada dentro da zona de proteção ambiental do Parque São Bartolomeu. A expectativa era que, assim, as autoridades seriam forçadas a despejá-los, tal como ocorrera com outras famílias anteriormente identificadas como residentes da área. Essas famílias, como a de Ana, haviam sido removidas e reassentadas em conjuntos habitacionais em conformidade com o Plano de Manejo do Parque São Bartolomeu. Esse plano estipulava a "remoção das ocupações e usos irregulares" para moradia e comércio com o objetivo de promover a conservação ambiental (IPE, 2013, p. 33). As diretrizes para remoções e os mecanismos de reassentamento foram elaborados em mais detalhes no Plano de Reassentamento Involuntário de População e Atividades Econômicas, de 2010, feito pelos órgãos SEDUR e CONDER.

Em entrevista realizada em 2019, Genivaldo se lembrou das inúmeras reuniões com representantes da SEDUR e da CONDER, nas quais argumentava para que oferecessem habitação social aos ocupantes — pedido que foi negado. Assim, as reuniões passaram a incluir a Defensoria Pública, uma vez que o conflito foi judicializado. Os órgãos públicos recorreram a meios legais para impor suas políticas de desapropriação e lançaram mão de tribunais em nome do desenvolvimento urbano e dos interesses públicos, cabendo ao judiciário um papel-chave na administração urbana (GHERTNER, 2012).

Um funcionário da CONDER me explicou que, de acordo com a decisão judicial, o órgão tinha permissão para demolir o assentamento. Tratava-se não apenas de uma ocupação irregular em terreno público e em área de proteção ambiental, mas também de uma região cuja área de intervenção já havia sido mapeada minuciosamente. Esse mapeamento incluía documentação fotográfica e registros de cada moradia, listando quais deveriam ser demolidas e quem teria direito a que tipo de indenização.

Contudo, havia ampla documentação comprovando que o assentamento tinha sido formado depois do planejamento do projeto de renovação urbana e do começo das intervenções, o que significava que os ocupantes não tinham direito ao reassentamento. No entanto, por causa da preocupação de causar comoção pública e receber atenção negativa da mídia, caso o assentamento fosse demolido e as famílias deixadas na rua, buscou-se uma solução mais palatável publicamente.

A demolição

Enquanto os ocupantes esperavam essa resolução, as condições na Nova Invasão se deterioraram, assim como a situação de segurança devido à intensificação do crime organizado. Algumas famílias começaram a deixar o assentamento, em 2014, e outras o fizeram depois. Quando os ocupantes perderam o processo judicial, o “medo do abandono” (KOSTER, 2009) ficou ainda mais persistente do que já era.

As mudanças no clima político, no Brasil, também impactaram a esperança de conseguir uma casa própria, que foi se dissipando com a mudança na presidência em agosto de 2016, consequência do impeachment da Presidente Dilma Rousseff. No novo governo conservador de Michel Temer, combater a pobreza e reduzir a desigualdade não eram prioridades, e os programas de habitação foram reduzidos de forma significativa, assim como muitos outros programas sociais. Genivaldo, assim como outros moradores do assentamento, expressou sua preocupação de que, diante desse novo contexto político, o reassentamento tão aguardado não fosse mais concedido.

Por fim, o assentamento foi demolido. Ainda assim, suas lutas não foram em vão. Em 2018, os ocupantes receberam oferta de moradia no novo bairro de Nova Esperança. Genivaldo me informou que os agentes do estado “queriam desapropriar as pessoas sem indenização, sem dar destino, sem dar nada [...] Se nós não tivéssemos apertado, com manifestações, aquilo não teria sido resolvido.” Em sua experiência, a pressão constante, dele e do movimento sobre os órgãos e entidades do Estado, teve impacto direto no desfecho do caso. De modo semelhante, na experiência de alguns dos ocupantes, agentes do Estado tinham prometido a eles que receberiam uma casa num

projeto habitacional, alguns até realizaram inscrições para o programa. No entanto, seus porta-vozes, Dalva e Genivaldo, tinham que continuar pressionando os agentes públicos “para garantir que cumpririam a promessa”.

Entre os ocupantes, a quem os agentes do Estado tinham feito tal promessa, havia uma família composta por três irmãs, seus maridos e filhos de diversas idades — que Dalva me apresentou durante minhas visitas à Nova Invasão, em 2013. Já em 2009, eles haviam sido inscritos na lista de espera para moradia social, mas, como isso “não levou a nada”, eles decidiram sair do aluguel caro onde moravam, na época, e cada um construiu um barraco na ocupação. Eu os visitei em seus apartamentos, em 2019, em Nova Esperança, num grande projeto habitacional chamado Coração de Maria (Figura 2), com 1800 apartamentos (MACHADO, 2019, p. 56). Quando conversamos sobre a luta pela moradia, acabou não ficando claro se tinha sido a inscrição para habitação social que fizeram em 2009 que foi o fator decisivo, ou a inscrição feita pelos representantes do estado em 2013 quando moravam no assentamento. As três irmãs e suas famílias tinham morado na Nova Invasão por cerca de um ano, mas continuaram filiadas ao assentamento e ao MTST, comparecendo às reuniões.

Figura 2. O projeto habitacional Coração de Maria. Foto da autora.



Isso levanta algumas questões sobre o impacto de morar no assentamento e do envolvimento com o MTST na decisão do Estado de lhes conceder a casa própria. Ainda que tenha sido com base na inscrição de 2013, qual teria sido o impacto da atuação de Dalva e Genivaldo e seus esforços de fazer o Estado cumprir a promessa de reassentamento? De acordo com um dos membros da família, “uma coisa ajudou a outra, certo? E deu um empurrãozinho!”.

As casas foram concedidas em duas modalidades. Predominantemente, foram entregues a pessoas que estavam na lista de espera, mas uma pequena porcentagem foi entregue em casos de reassentamento (MACHADO, 2019, p. 58). Dalva, que permaneceu no assentamento até ser demolido, acabou indo para um projeto habitacional diferente (de casas geminadas), diferente dos apartamentos onde as três irmãs foram reassentadas, o que pode refletir os dois esquemas distintos de acesso à moradia.

É possível que a decisão de algumas famílias de se mudarem para a ocupação como estratégia para serem incorporadas aos projetos de desenvolvimento do Estado tenha, de fato, afetado suas trajetórias habitacionais. No entanto, é mais difícil avaliar o impacto real da presença contínua do assentamento no Parque e de sua obstrução ao projeto Dias Melhores, assim como o papel das negociações conduzidas por Genivaldo, ao longo de sete anos com agentes do estado.

O ato de declarar vitória ao movimento social na luta pela moradia deixou Genivaldo em uma posição difícil para criticar o resultado, apesar de o reassentamento das famílias ter ocorrido em uma localização bastante distante. O novo bairro carecia de integração ao tecido urbano e aos serviços públicos, o que complicava a rotina dos moradores e seu acesso a tais serviços, e limitava suas oportunidades de geração de renda.

Conclusão: reprodução da marginalidade

Na periferia de Salvador, a própria ameaça de desapropriação, paradoxalmente, acendeu a esperança de moradia entre pessoas sem-teto. Por meio do ato de ocupar, esses indivíduos — ao exporem sua situação de privação de moradia para se tornar visíveis para o Estado (JANSEN, 2014, p. 257) —, buscaram, estrategicamente, a inclusão em um projeto de requalificação urbana.

Ao retratar essa luta por moradia através de uma ocupação situada em um parque público e área sob proteção ambiental, este artigo analisou as intrincadas políticas urbanas de desapropriação em Salvador. A luta dos moradores não visava à subversão

do regime urbano vigente, mas sim mobilizá-lo em seu favor, ao tentar se inserir nos mecanismos estatais de desenvolvimento urbano por meio do próprio regime de desapropriação guiado pelo Estado.

A etnografia revelou uma luta distinta por moradia, na qual os moradores não resistiram à remoção, mas ativamente se esforçaram para ser despejados, com o objetivo de reivindicar compensação na forma de reassentamento para habitação social, como milhares de outras famílias. Por anos, suas reivindicações e negociações, apoiadas pelo MTST, não surtiram efeito. Muito depois de terem perdido a esperança, e apenas após a demolição do assentamento, todas as famílias foram recompensadas, contempladas com moradia.

Entretanto, este estudo revela os resultados profundamente ambivalentes da política de desapropriação de Salvador e sua produção de novas fronteiras urbanas. Os ocupantes foram realocados para uma nova fronteira urbana, no bairro da Nova Esperança, onde "a grade" do estado (JANSEN, 2014) ainda estava em processo de formação. Oficialmente declarado uma zona urbana apenas a partir de 2008, com a aprovação do Plano Diretor (MACHADO, 2019, p.47-48), o bairro era caracterizado pela ausência de equipamentos urbanos e serviços, bem como pela precariedade no acesso por vias estruturais e transporte coletivo (MACHADO 2019, 47).

Em 2019, a segurança pública também se tornou um problema premente, frequentemente enfatizado pelos moradores, com relatos de assaltos recorrentes na única parada de ônibus, durante a madrugada. Diante do agravamento da situação, algumas famílias começaram a abandonar seus lares retornando a moradias de aluguel ou "de favor", enquanto, mais uma vez, procuravam por melhores condições de moradia. A trajetória dos sem-teto do Parque São Bartolomeu, portanto, ilustra como as políticas de desapropriação, embora possam oferecer uma solução habitacional imediata, frequentemente perpetuam ciclos de precarização e marginalização em novas e distantes fronteiras urbanas.

Esta etnografia ressalta a necessidade de uma abordagem crítica mais integrada e equitativa nas políticas de requalificação urbana e reassentamento, a fim de evitar que tais intervenções resultem na mera reprodução da marginalidade em novas localidades — uma característica comum em projetos habitacionais em bairros periféricos de Salvador.

Referências

BRASIL. **PAC 2. ANO I—3º BALANÇO** 2011/2014. Bahia. 2011. Brasília. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/dbd63c6d07c8dd9f2012931d9272e6b3.pdf>.

Acesso em: 30.5.2023

GHERTNER, D. Asher. Nuisance Talk and the Propriety of Property: Middle Class Discourses of a Slum-Free Delhi. **Antipode**, v. 44, n. 4. 2012.

GORDILHO SOUZA, Angela. Favelas, Invasões E Ocupações Coletivas Nas Grandes Cidades Brasileiras – (Re) Qualificando a Questão Para Salvador - BA. **Cadernos Metrópole**, v. 5, 2001.

HARMS, Erik. Eviction Time in the New Saigon: Temporalities of Displacement in the Rubble of Development. **Cultural Anthropology**, v. 28, n. 2, p. 344–68, 2013.

HARVEY, David. The Right to the City. **New Left Review**, v. 53, p. 23–40, 2008.

IPE - Instituto de Pesquisas Ecológicas. **Plano de Manejo**. Volume IV: Encarte 3: Análise Do Parque São Bartolomeu. Nazaré Paulista, Brasil, 2018.

JAMES, Deborah. **Gaining Ground: “Rights” and “Property” in South African Land Reform**. London and Johannesburg: Routledge-Cavendish and Wits University Press, 2007.

JANSEN, Stef. Hope For/Against the State: Gridding in a Besieged Sarajevo Suburb. **Ethnos**, v. 79, n. 2, p. 238–60, 2014.

KOSTER, Martijn. **In Fear of Abandonment**. Slum life, Community Leaders and Politics in Recife, Brasil.. Tese de doutorado, Wageningen University, Wageningen, 2009.

LEVIEN, Michael. **Dispossession without Development**. Land Grabs in Neoliberal India. New York: Oxford University Press, 2018.

LUND, Christian. Fragmented Sovereignty: Land Reform and Dispossession in Laos. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 4, p. 885–905, 2011.

MACHADO, Camila Brandão. **Conflitos urbano-ambientais em área de proteção ambiental: o caso do Residencial Coração de Maria em Salvador, Bahia**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia. 2019.

SCOTT, James C. **Seeing like a State**. How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed. New Haven: Yale University Press, 1998.

STEUR, Luisa. Theorizing Thervoy: Subaltern Studies and Dalit Praxis in India's Land Wars. In: **New Subaltern Politics: Reconceptualizing Hegemony and Resistance in Contemporary India**. In: GUNVALD, Alf Nilsen; ROY, Srila (org.). Delhi: Oxford, 2015, p. 175–179.

Recebido em: 16/09/2024

Aceito em: 07/11/2025

DOI: 10.9771/ppgauaufba.v14i0.71150

Como citar: KOLLING, Marie. Lutas por Remoção: Trajetórias de Moradia e Políticas de Desapropriação em Salvador. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 14, n. 2, p. 137-152, 2025.



FAUFBA



PPG-AU
FAUFBA

NAPPE

NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA
E PRODUÇÃO EDITORIAL